



Índice

- 01** [Quilombolas – triste realidade](#)
- 02** [Índio escala montanha para apoiar tribo ameaçada](#)
- 03** [Procurador aborda as leis das comunidades quilombolas](#)
- 04** [MS: índio morre e quatro ficam feridos em confronto com a polícia](#)
- 05** [Reserva Roosevelt: TRF determina cancelamento de mineração em área indígena](#)
- 06** [Índios ameaçam incendiar caminhões no canteiro de Belo Monte](#)
- 07** [Assassinos de líderes indígenas têm ordem de prisão no Mato Grosso do Sul](#)
- 08** [Rodovia federal é liberada por ex-moradores de terra indígena em MT](#)
- 09** [Indígenas e produtores rurais em MS participam de reunião de conciliação](#)
- 10** [Índios recorrem de decisão judicial que os obriga a deixar Belo Monte em 24 horas](#)
- 11** [Índios ameaçam voltar e invadir a propriedade em Sidrolândia \(MS\)](#)
- 12** [Encaminhamentos da Convenção 169 encerram as atividades do Seminário Brasil Quilombola](#)
- 13** [Fundação Cultural Palmares certifica mais 54 comunidades quilombolas](#)
- 14** [3º Encontro da Cultura Cigana de Itanhaém acontecerá a partir desta quinta \(30\)](#)
- 15** [Grécia é condenada por segregação étnica de estudantes ciganos](#)



Quilombolas – triste realidade

SÍTIO CORREIODOLITORAL, 30.05.2013

O Vale do Ribeira, no sul do Estado de São Paulo, sempre foi o lugar de difícil acesso, motivando assim, estar preservado até presentemente, com a maior extensão contínua de Mata Atlântica existente no país.

Por esse e outros inúmeros motivos a região abriga atualmente muitas áreas remanescentes de quilombos, com inúmeras comunidades espalhadas pelo interior, especialmente nas imediações de Eldorado, principalmente e nos confins de Cananéia, entre outros municípios.

São lugares ermos e de difícil acesso até hoje. Lugares esquecidos.

Sendo obrigação constitucional regularizar as terras de remanescentes de quilombos, o Poder Público até 2013 legalizou apenas 207 comunidades apenas. No entanto, estudiosos acreditam que os quilombos se aproximam a três mil comunidades espalhadas pelo país.

As áreas sem a devida titulação geram conflitos, violência e prejuízo econômico para os interessados e para o Poder Público.

Essa ordem constitucional, ou seja, política e jurídica, visa resgatar a dívida histórica do País com os afrodescendentes que se refugiaram em comunidades fugidas da escravidão ou formadas após a Abolição pelos que não foram absorvidos pelo regime assalariado. Desterradas de suas origens, elas fixaram-se ou permaneceram em locais mais ou menos remotos, de forma quase invisível, e resgataram ou reconstruíram sistemas de subsistência e de compreensão do mundo que se traduzem em inúmeros conhecimentos tradicionais, manifestações culturais, na nossa música e culinária.

Como sempre, autoridades públicas, entre os quais, ocupantes de cargos políticos, membros dos Poderes da República, agentes dos Estados e da União se interessam em não resolver o problema por pressão ou interesses outros de terceiros. São inúmeras as histórias que se ouve e que se sabe a respeito dessas comunidades: O Brasil vive o esquecimento de grupos diferenciados.

Os descendentes de escravos são perseguidos atualmente pelos ruralistas que pretendem suas terras e o que é pior, pelas autoridades públicas, notadamente pelas forças armadas que igualmente cobiçam áreas ocupadas por remanescentes desses grupos.

São muitas as histórias. Todas tristes. Violências que campeiam contra os negros, mulatos e brancos que vivem nessas áreas abandonados. No Vale do Ribeira a história é semelhança. As comunidades estão ameaçadas. São projetos de hidrelétricas, um deles da Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim. Aliás os projetos põem em risco a própria vida do Rio Ribeira. A implantação das barragens podem provocar enchentes, o que ameaça até a igreja do Quilombo Ivaporunduva, com 300 anos entre tantas e tantas outras situações absurdas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 092 / 2013

Brasília, 31 de maio de 2013.

O mesmo drama é real no litoral norte do Paraná. A região caçara limítrofe dos dois Estados ainda mantém perdido aldeias quilombolas, com remanescentes desses antigos escravos fugidos e que, se não sofrem a violência de latifúndios, sofrem de outra parte a violência do próprio Poder Público, ora por ser região de tutela ambiental, ora por ser parque nacional ou estadual, ora por razões da oficial omissão constante.

As pessoas de bem não podem se calar e devem exteriorizar a indignação. A violência jurídica que se pretende perpetrar no interior da mata atlântica, nos confins do Rio Ribeira, entre Iporanga, Eldorado, Cananéia e Jacupiranga expulsando os descendentes legítimos dos primitivos quilombolas deve ser amplamente divulgada.



Índio escala montanha para apoiar tribo ameaçada

SÍTIO FATIMA, 30.05.2013

Um índio Yawanawá, de 26 anos, natural do Brasil, está prestes a tornar-se no primeiro indígena da Amazônia a subir a Ben Nevis, o pico mais alto das ilhas britânicas. Nixiwaka vai escalar a montanha, na Escócia, para sensibilizar a comunidade internacional para a difícil situação da tribo Awá, considerada uma das mais ameaçadas do mundo, informou a Survival Internacional, uma organização não governamental de defesa dos povos indígenas.

Segundo os responsáveis da Survival, «a situação é particularmente crítica para os 100 Awá isolados, que enfrentam o perigo de extinção devido à invasão ilegal de sua floresta. Tribos isoladas, como os Awá, dependem inteiramente da floresta para sua sobrevivência e são vulneráveis a doenças trazidas por forasteiros - uma simples constipação pode matá-los».

«Estou muito emocionado. É uma ótima forma de dar a conhecer os problemas que meus irmãos enfrentam», declarou Nixiwaka, sublinhando que perto da sua comunidade, no oeste brasileiro, alguns índios isolados também enfrentam sérias ameaças, à medida que os madeireiros ilegais vão avançando na floresta, junto à fronteira com o Peru. Na escalada ao Ben Nevis, o jovem índio será acompanhado por uma equipa de 15 elementos da Survival.



Procurador aborda as leis das comunidades quilombolas

SÍTIO ATRIBUNANET, 30.05.2013

As leis que envolvem o reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil e os processos legais para a obtenção das terras foram abordados pelo Procurador da República em Criciúma, Darlan Ailton Dias, na noite desta quarta-feira, durante conferência no 11º Maio Negro e 1ª Jornada de Africanidades.

A comunidade de São Roque, localizada em Praia Grande (SC), que foi objeto de estudo do conferencista em seu mestrado defendido em 2010 no PPGCA (Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais) da Unesc, foi abordada com maior ênfase por Dias.

“A comunidade vivia em harmonia, com suas atividades, especialmente agrícolas, até que o Parque Nacional de Aparados da Serra foi implantado, ignorando inclusive o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e impedindo que essas pessoas utilizassem as terras”, afirmou.

Situação financeira delicada

Segundo Dias, as famílias da comunidade de São Roque tem uma situação financeira delicada e vivem da agricultura, utilizando rodízio de culturas. E com a restrição do uso da terra, os quilombolas têm utilizado as mesmas terras há mais de 30 anos, o que causou o seu enfraquecimento.

“As dificuldades destas pessoas em sobreviverem na área tem causado o êxodo”. Segundo ele, na época do seu estudo, havia sete famílias na comunidade quilombola, e hoje, há apenas cinco.



MS: índio morre e quatro ficam feridos em confronto com a polícia

SÍTIO TERRA, 30.05.2013

Um índio terena morreu e quatro ficaram feridos na manhã desta quinta-feira após confronto entre a polícia e tribos indígenas na Fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande (MS), de acordo com informações da Polícia Militar. Os indígenas cercaram a polícia que cumpria mandado de reintegração de posse, segundo a PM.

Segundo a polícia, os cinco indígenas chegaram a ser encaminhados ao Hospital Elmíria Silvério Barbosa, mas um deles, que havia sofrido uma perfuração a bala na região abdominal, não resistiu aos ferimentos. Os outros foram encaminhados para a Santa Casa de Campo Grande.

Os indígenas reivindicam uma área de 17,2 mil hectares, mas a Justiça mandou que desocupassem o local em favor dos proprietários das terras, segundo a assessoria de imprensa da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Na região vivem nove aldeias e cerca de 4,5 mil índios, conforme a procuradoria.



Reserva Roosevelt: TRF determina cancelamento de mineração em área indígena
SÍTIO TOPNEWS, 30.05.2013

A 5.^a Turma do TRF da 1.^a Região determinou o cancelamento de todos os requerimentos de pesquisa e exploração de minérios no entorno da área habitada pelos índios Cinta Larga, dentro da Reserva Indígena Roosevelt, localizada nos municípios de Aripuanã, Espigão do Oeste e Pimenta Bueno, em Rondônia e Mato Grosso. A decisão é favorável ao Ministério Público Federal (MPF), que contestou as atividades minerárias autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia ligada ao Ministério de Minas e Energia.

Em primeira instância, o MPF já havia conseguido, junto à 5.^a Vara Federal em Porto Velho/RO, cancelar as autorizações vigentes e os requerimentos de pesquisa e exploração referentes ao interior da reserva. Agora, o Tribunal estendeu a medida à região do entorno, num raio de extensão de dez quilômetros a partir da área ocupada pelos índios. Nos últimos anos, a Reserva Indígena Roosevelt foi palco de violentas disputas entre mineradores, garimpeiros e indígenas, todos interessados na exploração de diversos minérios, como cassiterita e, principalmente, diamantes. Os embates resultaram na chacina de 29 garimpeiros clandestinos, em 2004, o que motivou a Polícia Federal a deflagrar a Operação Roosevelt, iniciada em setembro do mesmo ano, para investigar indícios de extração ilegal.

Ao determinar o cancelamento dos requerimentos, a relatora do processo, desembargadora federal Selene Almeida, apontou diversos fatores negativos relacionados ao extrativismo mineral nos limiares da reserva. O primeiro deles diz respeito aos danos ambientais e sociais, como o assoreamento e a contaminação de rios e igarapés por mercúrio, a transmissão de doenças e a mudança de hábitos tradicionais da comunidade indígena.

“As populações tradicionais sobrevivem dos recursos naturais e a destruição de seu habitat tem um impacto sobre elas muito mais nefasto do que sobre outros grupos sociais que são dependentes da prevalência do equilíbrio ecológico”, observou. A proteção ambiental em terras indígenas é garantida pelo artigo 15 da Lei n.º 9.985/2000 e pela Resolução 237, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Apesar de o artigo 176 da Constituição considerar os recursos minerais estratégicos para o desenvolvimento nacional, a magistrada frisou que, no caso em análise, faltaram provas de que a atividade de mineração resultou em desenvolvimento para o País. “Não houve demonstração por parte do DNPM, além do exercício de retórica, do quantum de divisas ingressa para a União com o pagamento de royalties e impostos sobre a lavra de diamantes no entorno da reserva e como os municípios da área são beneficiados”, anotou.

A questão mais contundente para a relatora, no entanto, está no fato de o extrativismo de minérios nas terras indígenas Cinta Larga e no entorno estarem relacionados à corrupção, lavagem de dinheiro e ao tráfico de pedras, entre outros crimes. O relatório da Operação Roosevelt, finalizado em maio de 2005, destacou a atuação ilegal de empresas multinacionais na região.

CONT.



Uma delas chegou a estimar em 20 milhões de dólares por mês sua produção na reserva. “Deste montante, nos últimos quatro anos, não há registro de comercialização lícita dos diamantes extraídos nas terras ocupadas pelos silvícolas Cinta Larga”, concluiu o delegado responsável pelo inquérito. O relatório da Polícia Federal apontou para a necessidade de “maior proteção do entorno das terras indígenas, com imposição de firmes restrições e fiscalizações”.

Ao fim do voto, a desembargadora federal Selene Almeida ainda rebateu o argumento do DNPM de que a exploração mineral na reserva favorece o interesse público. Segundo a relatora, ainda que a atividade fosse lícita, não se poderia ignorar a “sobrevivência das pessoas” e a preservação ambiental. “Demonstrado nos autos que a presença de mineradores nas áreas circunvizinhas às terras indígenas, como bem observa o parecer da douta Procuradoria Regional da República, fomenta o contrabando e o crime organizado, não há interesse público na manutenção de lavra no entorno”, finalizou.

O voto foi acompanhado, por unanimidade, pelos outros dois magistrados que compõem a 5.^a Turma do Tribunal.



Índios ameaçam incendiar caminhões no canteiro de Belo Monte

SÍTIO G1, 30.05.2013

Manifestantes indígenas permanecem ocupando o canteiro de obras de Belo Monte nesta quinta-feira (30). O grupo continua no local da construção, em Vitória do Xingux, sudoeste do Pará, mesmo após o esgotamento do prazo estipulado pela Justiça Federal de Altamira, que determinava a desocupação até às 17h de quarta-feira (29). Segundo a liderança Munduruku, o grupo se organiza para incendiar caminhões e a sede do escritório do Sítio Belo Monte. Homens da Força Nacional estão no local.

De acordo com a CCBM, consórcio construtor da usina, os indígenas apreenderam dois caminhões da empresa, tiraram as chaves e encheram os veículos de papel e folha de bananeira. Segundo a assessoria do CCBM, um funcionário do consórcio que está no local informou que oito caminhões pipa foram colocados perto dos alojamentos para evitar que o fogo atinja trabalhadores e as instalações. Além disso, o consórcio reforçou a segurança nas áreas centrais e alojamentos de funcionários. "Mas não tem muita coisa que possamos fazer. Isso é uma coisa de polícia, de justiça. Se eles atearem fogo, vão ter que responder à justiça", declarou o assessor de comunicação, Fernando Santana.

Segundo integrantes do Xingu Vivo, os índios aguardam por representante do governo federal. De acordo com os indígenas, além da Força Nacional, homens da Polícia Rodoviária Federal e da Rotam também estão no canteiro de obras.

O advogado de defesa das lideranças indígenas, Adelar Cupsinski, apresentou na quarta-feira (29) um novo recurso para suspensão da decisão de desocupação do canteiro de obras de Belo Monte no Tribunal Regional Federal. A nova tentativa de interromper a determinação da Justiça Federal de Altamira se deu após o juiz federal Sérgio Wolney de Oliveira Guedes ter negado, na quarta (29), o primeiro recurso da defesa indígena. Ele manteve o prazo de saída pacífica do grupo de manifestantes, que expirou ontem, às 17h.

Segundo a decisão, como os índios não deixaram o local até o fim do prazo, o juiz autorizou que um mandado de reintegração de posse seja expedido e que um oficial de Justiça tome as medidas necessárias para que a área seja devolvida à empresa, empregando, se necessário, a força policial. A decisão prevê multa diária de R\$ 50 mil, a serem pagos pelos participantes da ocupação e pela Funai, em caso de descumprimento da decisão.



Assassinatos de líderes indígenas têm ordem de prisão no Mato Grosso do Sul

SÍTIO SUL21, 30.05.2013

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou a prisão de quatro dos 19 acusados de executar e planejar o assassinato do cacique Nísio Gomes Guaraní-Kaiowá, em novembro de 2011, na cidade de Aral Moreira, Mato Grosso do Sul. Os réus são Cláudio Adelino Gali, Levi Palma, Aparecido Sanches e Idelfino Maganha e estão foragidos.

Para o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Mato Grosso do Sul, Flávio Vicente Machado, este é um momento importante para o povo Guaraní Kaiowá por ser a primeira vez que um assassino de indígenas será preso. "Existe um quadro de impunidade histórica onde uma dezena de lideranças assassinadas ainda não tiveram seus assassinos julgados e presos. É a primeira vez que isso acontece, e é uma vitória do povo, no sentido de que justiça começa a ser feita", disse à Rádio Brasil Atual.

Os réus ficaram presos de junho do ano passado até o início do ano, quando conseguiram habeas corpus e liberdade provisória. Na semana passada, a Justiça determinou a prisão deles por homicídio qualificado, formação de quadrilha, corrupção de testemunha, porte de arma ilegal de fogo, e ocultação de cadáver.

A investigação do crime contou com três delegados da Polícia Federal sob a coordenação do Ministério Público Federal em Ponta Porã. O coordenador do Cimi afirmou que, com a decisão da Justiça, a comunidade Guaraní-Kaiowá espera que novos ataques sejam coibidos.

"Este é o primeiro caso de assassinato indígena que pesa em alguma resposta do Estado para apurar a morte destas lideranças. Uma vez que a Justiça entra neste ambiente ela acaba com o que chega a ser o senso comum de que matar indígena não tem problema, de que são animais que estão atrapalhando", finalizou.



Rodovia federal é liberada por ex-moradores de terra indígena em MT

SÍTIO SONOTICIAS, 30.05.2013

Os ex-moradores, retirados da Terra Indígena Marãiwatséde, no município de Alto Boa Vista (1.059 km a nordeste de Cuiabá), liberaram o tráfego de veículos na BR-158. A Polícia Rodoviária Federal acompanhou o desbloqueio que ocorreu, ontem no final da tarde. O tráfego foi interrompido, ontem pela madrugada. As famílias estavam no local protestando contra a situação atual na qual se encontram cobrando agilidade do governo federal no assentamento em uma nova área.

Cerca de 300 famílias estão acampadas às margens da rodovia há pouco mais de um mês. A área indígena, em questão, foi devolvida aos índios xavantes, após uma polêmica desapropriação. Alguns moradores com mais de 20 anos vivendo no local tiveram que retirar todos os bens e sair da região.

No entanto, até o governo, que prometeu assentá-los em outro local, não cumpriu a promessa. O Incra chegou a realizar o cadastro de algumas famílias para assentamento em projetos na região, mas até o momento, quase nada andou.



Indígenas e produtores rurais em MS participam de reunião de conciliação

SÍTIO G1, 30.05.2013

Proprietários rurais e indígenas da etnia terena participam de uma reunião de conciliação para tentar resolver os conflitos entre as partes em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande. A reunião começou às 14h (de MS) desta quarta-feira (29) e está sendo realizada na sala de audiência da 1ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande.

Na audiência, estão presentes representantes do Ministério Público Federal (MPF), da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e representantes de grupos indígenas. A audiência é presidida pelo juiz substituto da 1ª Vara, Ronaldo José da Silva.

Por conta da reunião, a segurança foi reforçada no prédio da Justiça Federal e policiais federais estão na porta da sala da audiência. Terenas não quiseram falar com a imprensa antes da reunião.

Indígenas da etnia terena ocuparam, no dia 15 de maio, uma área de fazendas na zona rural de Sidrolândia. Segundo informações da Funai, os terena reivindicam a aceleração do processo de demarcação da Terra Indígena Buriti e não querem deixar o local.

Um mandado de reintegração de posse da fazenda Buriti foi expedido pela Justiça, mas foi suspenso no último dia 20 em razão da reunião de conciliação que já estava marcada para esta quarta-feira. Já a fazenda Cambará teve a reintegração de posse determinada pela Justiça no dia 20 de maio.

Ainda segundo informações da Funai, no total, quatro propriedades rurais estão ocupadas por índios no município: fazendas Santa Helena, Querência, Buriti e Cambará.

A Terra Indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena. A área, localizada entre Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, foi delimitada em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) e abrange 17.200 hectares.

Após a declaração, o processo segue para a Casa Civil, para a homologação da presidência da República, o que ainda não foi feito. Durante nove anos, as comunidades indígenas aguardaram a expedição da portaria declaratória. O relatório de identificação da área foi aprovado em 2001 pela presidência da Funai, mas decisões judiciais suspenderam o curso do procedimento demarcatório.

Em 2004, a Justiça Federal declarou, em primeira instância, que as terras pertenciam aos produtores rurais. A Funai e o Ministério Público Federal recorreram e, em 2006, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) modificou a primeira decisão e declarou a área como de ocupação tradicional indígena. No entanto, os produtores rurais entraram com recurso de embargos de infringentes e conseguiram decisão favorável em junho de 2012.



Índios recorrem de decisão judicial que os obriga a deixar Belo Monte em 24 horas
SÍTIO DCI, 30.05.2013

A poucas horas do fim do prazo concedido pela Justiça Federal para que os índios que ocupam um canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, deixem o local voluntariamente, o advogado do grupo de manifestantes pediu a suspensão da decisão judicial alegando querer evitar um conflito. À Agência Brasil, uma liderança indígena garantiu que os índios não vão deixar o local, caso a decisão não seja revista.

Na petição que ajuizou esta manhã, na subseção judiciária de Altamira (PA), o advogado Adelar Cupsinski, que também presta serviços ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pede ao juiz federal Sérgio Wolney de Oliveira Guedes que reconsidere sua última decisão, anunciada na terça-feira (28) à tarde.

A pedido da empresa Norte Energia, o magistrado concedeu um prazo de 24 horas para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) providencie a saída pacífica e voluntária do grupo de índios munduruku que, desde a madrugada de segunda-feira (27), ocupa um dos três canteiros de obra do empreendimento. O prazo legal termina hoje (29) às 17h.

Apontando o risco de eventual confronto entre policiais e índios caso a decisão seja cumprida nesta tarde, o advogado pede que a reintegração de posse seja suspensa até que uma audiência de conciliação seja feita, com a presença de lideranças indígenas e de um representante do governo federal. "Preferencialmente o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República", disse Cupsinski à Agência Brasil. Segundo a assessoria da subseção judiciária de Altamira, o pedido já foi entregue ao juiz federal, que, de acordo com o advogado, se comprometeu a analisar e se pronunciar sobre a petição o quanto antes.

Por telefone, a Agência Brasil conversou com Paygomuyatpu Munduruku, liderança da etnia que afirmou que os índios pretendem resistir, caso a ordem de reintegração de posse não seja adiada. "Por enquanto está tudo sob controle. Estamos aguardando, vendo a movimentação dos policiais. Sabemos o poder de força da polícia, mas desta vez não vamos sair. Vamos encarar", declarou Paygomuyatpu. Ele afirma que há cerca de 150 índios presentes no local de várias etnias, entre elas araras e kaiapós. Questionado sobre porque os mundurukus – que são maioria, decidiram viajar cerca de 800 quilômetros para realizar o protesto em Belo Monte, Paygomuyatpu justificou que parte dos mundurukus que participam do ato vive na região.

"Além disso, protestamos onde for melhor, onde for preciso os índios se unirem. As empresas [responsáveis por] todas essas obras que não aceitamos são sempre as mesmas. E a luta pela consulta prévia [aos povos indígenas] sobre os prejuízos é de todos nós [índios]", acrescentou ele, confirmando que os manifestantes querem a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, até que o processo de consulta prévia aos povos tradicionais, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja regulamentado.

CONT.



Aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de junho de 2002, na forma do Decreto 143, e promulgada pela Presidência da República em abril de 2004, a Convenção 169 estabelece, entre outras medidas, que os povos indígenas e os que são regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes e tradições ou por legislação especial, sejam consultados sempre que medidas legislativas ou administrativas afetarem seus interesses.

Em janeiro de 2012, o governo federal instituiu um grupo de trabalho interministerial para avaliar e apresentar a proposta de regulamentação dos mecanismos de consulta prévia. O grupo é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Secretaria-Geral da Presidência da República e conta com a participação de vários órgãos e entidades governamentais. Lideranças indígenas, contudo, questionam iniciativas como a realização de estudos para avaliar o potencial hídrico do Rio Tapajós sem que suas comunidades tenham sido consultadas.

Esta é a segunda ação indígena no mês de maio para obrigar o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) a paralisar os trabalhos no Sítio Belo Monte. Desde o início das obras de construção da usina, em junho de 2011, manifestações indígenas e trabalhistas já provocaram um total de 92 dias de serviços parados, de acordo com o consórcio. Em nota, o CCBM informa que, desde o início da última ocupação, os índios tomaram ônibus com trabalhadores a bordo, impedindo o deslocamento interno no canteiro de obras; bloquearam rotas de fuga em casos de emergência; ocuparam a guarita dos seguranças e se apossaram de dezenas de rádios-comunicadores usados pelos funcionários.



Índios ameaçam voltar e invadir a propriedade em Sidrolândia (MS)

SÍTIO BOMDIABRASIL, 31.05.2013

Os 14 índios detidos nesta quinta-feira (30) em um confronto com a polícia em Mato Grosso do Sul, foram liberados nessa madrugada. Um índio morreu e dez ficaram feridos na ação para a reintegração de posse de uma fazenda em Sidrolândia.

O clima continua tenso e está longe de ser resolvida essa questão em Sidrolândia. Na noite desta quinta, a Funai falou que assim que a polícia saiu, um grupo de indígenas teria voltado à propriedade e ateado fogo em um galpão. Eles ameaçam voltar e invadir a propriedade.

O dono da fazenda disse que não foi informado oficialmente dessa reintegração de posse e não se sente seguro para voltar à fazenda.

Nesta sexta (31) pela manhã, deve ser velado e enterrado o índio que morreu, possivelmente com um tiro no abdômen. O laudo do Instituto Médico Legal (IML) não foi liberado e existe essa expectativa de como está o clima na fazenda e se os índios voltaram ou não.

Espingarda, revólveres artesanais, facões, arcos e flechas: tudo foi apreendido com os indígenas que enfrentaram a polícia. Catorze índios estão detidos na superintendência da Polícia Federal, em Campo Grande.

"Houve sim uma violenta reação dos indígenas que culminou com alguns policiais e índios feridos", disse Edgar Marcon, superintendente da Polícia Federal

O confronto entre índios e policiais ocorreu na fazenda Buriti, no município de Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande. A propriedade rural tinha sido invadida há duas semanas e durante a reintegração de posse, os índios Terena enfrentaram a tropa de choque com pedras e pedaços de paus. A polícia respondeu com bombas de gás.

Segundo a Funai, cerca de dez índios se feriram. O cacique Argeu Reginaldo foi atingido nas costas por uma bala de borracha. Um índio de 36 anos morreu no confronto. "Foi um tiro no abdômen", contou Jorge Antônio das Neves, coordenador da Funai em Sidrolândia.

Revoltados, parentes tentaram impedir a gravação de imagens. Ao se aproximarem da área de conflito, os repórteres foram feitos reféns pelos índios e ficaram na linha de frente entre os indígenas e a polícia. O repórter cinematográfico foi atingido na cabeça por uma bala de borracha. Em um momento de trégua, os indígenas libertaram a equipe.

Durante a invasão, os índios queimaram a sede da fazenda. Eles só foram retirados da área depois de nove horas de conflito.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou a abertura de um inquérito para apurar o caso. Ele afirmou que se alguém tiver cometido abuso, vai ser punido.



Encaminhamentos da Convenção 169 encerram as atividades do Seminário Brasil Quilombola

SÍTIO PI, 30.05.2013

O Seminário Integrado Brasil Quilombola, que durante os dias 27, 28 e 29 de maio promoveu discussões sobre a implementação de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, teve o encerramento de sua programação de atividades na tarde dessa quarta-feira (29).

A convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que traz um conjunto de normas e instrumentos internacionais e nacionais na defesa dos direitos dos povos indígenas e quilombolas, trouxe esclarecimentos aos que participaram dos três dias do evento e também abriu trabalho para os encaminhamentos que foram sugeridos e que vão servir de base para a elaboração do Plano Estadual de Políticas de Ações Integradas do Programa Brasil Quilombola.

No Piauí, como resultado do Seminário Integrado, ficou definido que os encaminhamentos propostos pelas comunidades quilombolas, que serão levadas a apreciação do governo do Estado e, posteriormente, dos municípios, serão os seguintes:

- necessidade de verificar os anseios das comunidades quilombolas;
- verificação das prioridades das comunidades, incluindo suas carências;
- esclarecimentos de questões específicas das comunidades;
- evitar o desperdício público, e nesse sentido será fundamental o diálogo direto com os quilombolas;
- por fim, perceber quais são os problemas das comunidades e, a partir dessa percepção, buscar meios para a resolução dos problemas.

Gilvano Quadros, que integra a coordenação dos movimentos Sociais da Secretaria da Assistência Social (Sasc), avalia os três dias do Seminário Brasil Quilombola como positivos no tocante aos encaminhamentos que foram propostos, "Foi uma atividade bastante positiva, por parte das apresentações e discussões voltadas as comunidades quilombolas. É um instrumento que agora servirá para a implementação de políticas públicas, tendo como desfecho a formalização de um documento onde constam todos os encaminhamentos que serão apresentados ao governo do Estado", explica.



Fundação Cultural Palmares certifica mais 54 comunidades quilombolas

SÍTIO PALMARES, 29.05.2013

Reconhecer as origens e ampliar os direitos. Esses são os princípios da certificação de comunidades quilombolas, emitida pela Fundação Cultural Palmares – FCP desde 2004. Agora, mais 54 grupos poderão ter mais acesso às políticas públicas sociais e de habitação do Governo Federal, pois acabam de receber o documento de autodefinição, de acordo com o texto publicado no Diário Oficial da União, da última sexta-feira, 24/05. Até hoje, a FCP já emitiu 1.845 certidões, o Brasil já conta com 2.185 comunidades reconhecidas.

Para Hilton Cobra, presidente da Fundação Palmares, a certificação é um grande passo para a cidadania. “O foco não está apenas em garantir autonomia social, ocupação e geração de renda, mas também em proteger o patrimônio material e imaterial e o apoio às manifestações culturais dessa gente negra brasileira”. (Sugestão)

Mais acesso às políticas públicas – De acordo com Alexandre Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, após a certificação “a comunidade passa a ter mais visibilidade em relação ao acesso às políticas públicas”, ressalta. Reis explica os benefícios que esse reconhecimento leva às famílias quilombolas “como receber a titulação do território, participar do Minha Casa, Minha Vida, do Programa Brasil Quilombola e passa ser habilitada para o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)”.

E foi essa a motivação para que a Associação da Comunidade Quilombolas de Tocoíós, no município de Francisco Badaró, em Minas Gerais, iniciasse o processo de certificação na FCP. A moradora do quilombo e diretora da Escola Municipal de Tocoíós, Maria Raimunda Alves Pinheiro, declara que “tudo começou quando pesquisadores estiveram aqui e nos disseram que estamos em uma área remanescente de quilombo”. Segundo ela, a partir dessa constatação, a escola passou a receber um benefício estadual na merenda escolar. “Foi o começo da corrida para a certificação, não só de Tocoíós, mas também de Mocó”, afirma.

As duas áreas rurais são vizinhas. Em Mocó, com menos de 100 habitantes, todos são negros, em Tocoíós, com mais de mil habitantes, há miscigenação entre brancos, negros e indígenas. Ambas comunidades estão na lista de certificadas. “Esperamos avançar na conquista de direitos, e na superação dos nossos problemas”, disse Maria Raimunda. “Para o futuro, o plano é superar a agricultura de subsistência e aumentar a renda”, ressalta.

Outra comunidade certificada é a de Macanudos, no estado do Rio Grande do Sul. “Este processo de certificação foi importante para nosso reconhecimento. Há dois anos atrás, quando começamos, recuperamos uma história de família antiga”, contou a historiadora Maria da Graça da Silva Amaral, membro da família de origem do quilombo. “Estamos em processo de formação sobre quais políticas públicas podemos acessar, tem sido difícil, porque sempre tudo foi negado aos negros”, finalizou.



3º Encontro da Cultura Cigana de Itanhaém acontecerá a partir desta quinta (30)
SÍTIO PGN9, 30.05.2013

De quinta-feira (30) a sábado (1º) acontecerá o 3º Encontro da Cultura Cigana de Itanhaém, em homenagem ao Dia do Cigano, comemorado em 24 de maio. O evento será realizado das 14 às 23 horas, na Praça Narciso de Andrade, no Centro Histórico.

Durante o evento haverá apresentações de dança cigana do mundo todo, flamenca, dança do ventre, indiana e shows com Ronn Marckes, Roberto Petrovich e a Banda Mistura Latina. No local ainda terá expositores e oráculos, além de artesanato, roupas típicas, praça de alimentação, entre outros. No período noturno, acontecerá 'Slava de Santa Sara', com procissão até o mar. Informações pelo telefone (13) 9625-3322 ou (11) 95374-7003.

DIA NACIONAL DO CIGANO – Foi instituído em 25 de maio de 2006, por meio de decreto presidencial, em reconhecimento à contribuição da etnia cigana na formação da história e da identidade cultural brasileira. No calendário cigano, o dia 24 de maio é dedicado a Santa Sara Kali.



Grécia é condenada por segregação étnica de estudantes ciganos

SÍTIO RFI, 30.05.2013

A Corte Europeia de Direitos Humanos anunciou nesta quinta-feira que condenou a Grécia por “segregação étnica” de estudantes ciganos. O país criou uma escola exclusivamente para esta população e gerou indignação dos juízes europeus que estabeleceram que as famílias envolvidas devem ser indenizadas.

A escola funcionava em Solfades, uma pequena cidade da Grécia cuja metade da população é formada por ciganos da etnia cigana rom. No ano escolar de 2009-2010, o local contava com quatro instituições educacionais; uma delas recebia somente estudantes roms. Alguns alunos ciganos moravam na região das outras escolas, mas eram obrigados a se deslocar até a instituição destinada a recebê-los. Além disso, estudantes gregos que habitavam perto da escola condenada pela Corte Europeia de Direitos Humanos, eram enviados a outros estabelecimentos educacionais.

Os juízes europeus avaliaram que a escola agiu de forma discriminatória e afetou o direito à educação. Eles estabeleceram que as autoridades gregas devem pagar cerca de mil euros (cerca de 2,7 mil reais) por danos morais às oito famílias ciganas que processaram o sistema escolar grego.

A Corte também informou que o ministério grego da Educação foi previamente notificado sobre a existência de segregação étnica em Sofades. As autoridades do país teriam reconhecido o problema e a necessidade de solucioná-lo, de acordo com os juízes. No entanto, a situação perdurou até o ano escolar de 2012-2013.

A Grécia já registrou casos similares de discriminação de ciganos outras duas vezes. A Corte Europeia de Direitos Humanos também condenou a República Tcheca, a Hungria e a Croácia por isolar crianças roms em salas de aula “especiais” e, em alguns casos, em grupos de estudantes portadores de deficiência mental.